**O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: DA AMÉRICA**

**LATINA AO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE A LUTA DE CLASSES**

Vitória Regina da Silva (PIC - Fundação Araucária)

Unespar/*Campus* de Apucarana – e-mail: vitoriaregina9844@gmail.com

Elson Alves de Lima

Unespar/*Campus* de Apucarana – e-mail: [elson.lima@unespar.edu.br](mailto:elson.lima@unespar.edu.br)

**Programa Institucional**: Programa Institucional de Iniciação Científica/PIC

Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas

**INTRODUÇÃO**

Nossa pesquisa se justifica por conceber o Serviço Social no contexto da divisão sócio-técnica do trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) e do próprio capital, sob as hostes da Igreja Católica, de cunho assistencialista, que é rompida com a chegada do chamado Movimento de Reconceituação, onde se formam novas bases teórico-científicas e metodológicas para pensarmos em sua nova conformação.

Tal Movimento, que já vinha ocorrendo na América Latina, atinge o Brasil no ano de 1980, oferecendo possibilidades de análise de seu objeto de estudo, isto é, da chamada questão social contra o chamado conservadorismo que marca de forma insuspeita o surgimento do Serviço Social. O referido Movimento de Reconceituação do Serviço Social parece contribuir no sentido de uma movimentação mais aguda no contexto da luta de classes.

O norte de nossa análise é dado pelo problema de pesquisa que nos permite pensar se o Movimento de Reconceituação, iniciado desde a América Latina e tendo atingido o Brasil, teria contribuído para a expansão ou a explicitação da luta de classes? Uma vez que a própria luta de classes é fruto das contradições inerentes à estruturação desigual da sociedade de classes, uma vez que “toda luta de classes é uma luta política” (MARX e ENGELS, 2005, p.48).

Assim, um novo tipo de formação entre professores e estudantes vem ocorrendo no interior da UNESPAR, apesar de que essa é uma das mais novas, dentre as sete universidades públicas e estaduais do Paraná, ao agregar as produções científicas de seus(suas) docentes-proponentes de I.C, que a cada ano vem se consolidando, ao colocar os(as) estudantes em condições de realização de pesquisas científicas de grande alcance. Desta feita, o tripé: ensino, pesquisa e extensão, poderá ser melhor identificado diante da contemplação sedenta da juventude universitária pelo conhecimento científico e pelos desafios proporcionados por tal modalidade no interior da UNESPAR.

Nossa pesquisa lançou mão de um formulário *Google Forms*, semi-estruturado, com questões abertas e fechadas, procurando identificar um universo de pesquisa entre profissionais formados pelo Curso de Serviço Social da UNESPAR – Campus de Apucarana.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

A aproximação empírica do fenômeno social em análise foi balizada pela metodologia científica de Karl Marx (1818-1883), via Materialismo Histórico e Dialético, já que a “... dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade” (GIL, 2008, p.14).

Fizemos um levantamento de dados seguro, capaz de reunir obras, textos, capítulos de livros, textos científicos e indexados, tanto de bibliotecas físicas de universidades públicas quanto de documentos alojados junto à Rede Mundial de Computadores (Internet). Através de leituras e fichamentos sobre o tema investigado, utilizando-se da técnica de pesquisa: bibliográfica, exploratória, documental e qualitativa, por meio da análise de conteúdo, sob o aporte do Método do Materialismo Histórico e Dialético.

**DISCUSSÕES**

**O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina**

Com a exacerbação da industrialização, ao perpassar a lógica de uma burguesia agrária para uma burguesia industrial e, consequentemente a da expansão de uma acelerada urbanização, no final do século XIX e início do século XX em todo o globo, torna-se o ponto axial para o surgimento do Serviço Social na América Latina. O processo de industrialização e urbanização levou a um aumento das expressões da “Questão Social”, num espaço criado para a inserção de novos profissionais para amenizar o agravamento dessa mesma expressão, ao demandar do Estado uma resposta mais dinâmica ao seu enfrentamento.

Aqui, o Serviço Social é chamado a intervir no atendimento e aumento das demandas e reivindicações apontadas pela classe operária, eclodidas no contexto histórico em que a feição do capitalismo ganha sua forma ou dimensão mais madura (NETTO, 1992).

Os novos profissionais de Serviço Social, que ainda não detinham um suporte teórico considerado satisfatório ou robusto, incorporaram ideais humanistas cristãos da Igreja Católica. Por sua vez, a igreja inicia suas primeiras ações sociais voltadas à bondade e à caridade, executadas pelas ações católicas e que ganhavam espaços em resposta à “questão social”, agora “reconhecida” oficialmente (CASTRO, 2000).

Com o advento do capitalismo, em particular, por meio da fusão do capitalismo industrial com o concorrencial, tendo sido ao mundo sua faceta de capital de monopólios, necessitando-se gerar avanços ao tentar rebater as expressões da “questão social”. Até então, a mesma vista como *questão moral religiosa* por meio da igreja (IAMAMOTO, 1992).

As transformações que vem ocorrendo no âmbito político e econômico, através do enfraquecimento do domínio colonial, causadas pela implantação das novas relações de produção capitalistas no mundo, faz com que a atuação da Igreja Católica esteja ameaçada. A sua tentativa é a de recuperar sua hegemonia cristã em declínio, mantendo-se sua própria dinâmica e relação com o Estado, algo em completa dissonância e contramão com a proposta liberal em ascensão e também em relação à densidade crítica assumida pelo marxismo enquanto base teórica e plataforma social de superação do modelo social capitalista. A igreja, portanto, pautava-se em um projeto de *reforma social*. Por sua vez, a centralidade que outrora a igreja detinha agora se encontra perdendo força, exigindo-lhe certos ajustamentos às transformações que vinham ocorrendo no seio do próprio modelo social capitalista.

Em razão da dinâmica sócio-histórica, o Serviço Social atinge maturidade e passa a ser incorporado para junto das instâncias do Estado. As mudanças do Serviço Social vão além da esfera estatal, aproximando-se tanto da filosofia quanto da ciência social da época, ao se apropriar de recursos e embasamentos teóricos, científicos e técnicos para a materialização e consolidação de sua recém-nascida profissão. Responsável por “cientificar” a profissão, que agora se apropria dos ideais positivistas, exige-se de seu profissional uma definição clara dos critérios acerca dos serviços prestados e a devida classificação das pessoas que “mereciam” e quem mais “mereciam” ajuda. Mas, diante ainda da forte influência da igreja católica em relação à “extensão da ajuda”, da caridade e da benevolência, o Serviço Social, que transitava para uma tecnificação da profissão, embasou-se do discurso e da filosofia doutrinária católica, estabelecida pelas encíclicas papais (*Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragésimo Anno* por Pio XI em 1931) que exerceram uma influência primordial no desenvolvimento da profissão.

No caso da América Latina, a Igreja desempenhou um papel de grande significação social, com a disseminação de sua ideologia nos mais variados setores da sociedade, inclusive na formação intelectual dentre aqueles que compunham o próprio Serviço Social. Castro, (2000) apresenta-nos dois aspectos nessa direção, aquele capaz de gerar uma conexão direta da igreja com os intelectuais, ou seja, um aspecto político e um segundo, o ideológico. A igreja, com efeito, utilizou-se de uma férrea disciplina dentre os intelectuais, por meio de seu “material ideológico” próprio, utilizado em larga escala, imergido dos mecanismos de persuasão oriundos da literatura e da imprensa. Assim, a ideologia católica determinou por anos quais eram os intelectuais orgânicos, ou seja, os responsáveis pela formação da categoria intelectual das oligarquias, da cultura, da educação, da moral, do ordenamento dos costumes e até mesmo da própria noção de justiça (CASTRO, 2000).

Ainda conforme Castro (2000), em resposta ao papel da igreja revelado nas encíclicas papais supracitadas, a trajetória de entrada da profissão se coloca, além do estabelecimento da chamada “contaminação doutrinaria” católica no interior do Serviço Social. Deste modo, a década de 30, do século XX, estava sob a influência das respectivas encíclicas papais direta por todo a Europa, apresentadas à profissão como medidas neotomistas, ou seja, das bases que negavam absolutamente os conflitos e a luta de classes. Tais bases assentavam-se sob o “acordo e a união entre ricos e proletários” (CASTRO, 2000, p. 56).

Enquanto expressão de resistência aos avanços do capitalismo e das demandas colocadas, a classe operária latino-americana expressava-se pelo aumento cada vez maior de “numerosos adeptos nas fileiras dos movimentos operários” (CASTRO, 2000, p. 52). A partir disso, a encíclica *Rerum Novarum*, mais uma vez, tinha como fundamento, por um lado, apontar a acumulação do capital através da exploração da força de trabalho; e, por outro lado, objetivava o enfrentamento das ideias socialistas engendradas pela própria classe operária.

NETTO (1992) destaca que a profissão se constitui enquanto resultado de um processo acumulativo, a partir das protoformas do Serviço Social. Ou seja, a condição de “imposição da lógica da acumulação capitalista é o eixo em torno do qual se articulam e organizam as funções do estado e a luta das classes sociais” (CASTRO, 2000, p. 45). Já em IAMAMOTO, (1992) a profissão legitimou-se apenas a partir de sua inserção no mercado de trabalho, isto é, na condição de trabalhador assalariado, imerso na divisão social e técnica do trabalho.

Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), inúmeros prejuízos e inúmeras divergências sociais, econômicas e políticas com repercussões bem negativas, demarcam um mundo dividido entre o capitalismo e o socialismo. As aglomerações nas fábricas, causadas pela industrialização e as péssimas condições de trabalho, favoreceram as formas de organização da classe operária, ampliando as reivindicações e exigências sociais populares, na intensificação da luta de classes, além do êxito dos “grandes movimentos de 1917 a 1921, e intensa luta interna” (IAMAMOTO, 1982, p. 153).

Diante desse contexto, apresenta-se a primeira escola de Serviço Social fundada pelo médico Alejandro Del Río, em Santiago no Chile, em 1925, pautada sobre as doutrinas da Igreja Católica. Nas palavras de CASTRO, (2000):

A fundação das primeiras escolas – 1925, Chile; 1936, Brasil; 1937, Peru – apenas revela momentos específicos de um processo de maturação que atinge um ponto qualitativamente novo quanto à profissão começa a se colocar sua própria reprodução de modo mais sistemático (CASTRO, 2000, p. 35).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), além de uma polarização global e do exaurimento dos padrões de desenvolvimento capitalista, gerou-se um cenário extremamente fértil para contestações sociais. Fruto disso, advém a mobilização das classes sociais num momento propício para mudanças nas práticas profissionais do Serviço Social tradicional. O movimento interno ascende sob novos suportes filosóficos, cristãos, com práticas conservadoras, formatando-se uma vertente do chamado Serviço Social de Grupo, Caso e Comunidade, pautada num trabalho “educativo” entre as famílias operárias, numa espécie de controle da “ordem”, próprio do humanismo cristão, via influência franco-belga (IAMAMOTO, 1992).

A profissionalização do Serviço Social foi visceralmente pautada no balanço que os movimentos operários causaram; onde a energização dos conflitos de classe levou a uma enorme pressão sobre a classe dominante. Na qual, por meio do Estado, viu-se obrigada a tomar medidas em resposta a tais reivindicações. Assim, nos anos 40, do século XX, a profissionalização do Serviço Social, sob o anteparo das classes dominantes no país, alia-se à sociologia conservadora norte-americana com o funcionalismo positivista, ocupando o lugar ao chamado Método de Desenvolvimento de Comunidade (DC) (IAMAMOTO, 1992).

Netto (1990) destaca três vetores que afetaram decisivamente a categoria profissional do “Serviço Social Tradicional” na América Latina, sendo o primeiro vetor: a revisão crítica coroada sobre as ciências sociais: a sociologia e a psicologia acadêmicas, com insumos científicos fornecendo credibilidade teórica, negando o funcionalismo; o segundo vetor: o do deslocamento da vinculação ideológica da igreja com o Serviço Social e sua descentralização; e o terceiro e último vetor: o da contestação mundial exercida pelo importantíssimo movimento estudantil, levantando questionamentos acerca das agências de formação.

Em consonância com (NETTO, 1992), pensamos o Serviço Social somente legitimado como profissão, a partir do chamado *Movimento de Reconceituação*. Na demarcação de um importante momento na história do Serviço Social que se constitui na América Latina, através da negação com a continuidade da filantropia. A Reconceituação solidifica-se de embasamento teórico, numa *ruptura* com as práticas até então conservadoras. De acordo com (NETTO, 1992), foi o momento ímpar em que realmente:

Os agentes começaram a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva esta aposta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem da sua intencionalidade (NETTO, 1992, p. 71).

O Movimento de Reconceptualização (Reconceituação) do Serviço Social tornou-se parte integrante da erosão do Serviço Social tradicional. “A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p. 51 *apud* NETTO, 1990 p. 146).

Em meados da década de 70, do século XX, infunde-se na América Latina um Serviço Social subordinado ao desenvolvimentismo. A reconceituação, por sua vez, “está intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960” (NETTO, 2005, p.5). Já em 1964 inicia-se o processo de superação do subdesenvolvimento incorporado sob o peso do pós-guerra e da Revolução Cubana de 1959, onde a intenção da classe capitalista dominante era a de inserir a América Latina na linha “certa” da reestruturação do desenvolvimento capitalista.

Não obstante, trata-se de uma frente profissional onde imperam um leque de assistentes sociais interessados em pensar uma *ruptura* com o passado profissional. Formando, desta maneira, dois segmentos profissionais: um, o da camada incorporada à uma espécie de *aggiornamento* do Serviço Social, a fim de modernizá-lo, vinculado ao projeto desenvolvimentista. Um segundo segmento profissional, constituído por setores mais jovens e radicalizados, sintonizados ao projeto inédito de ultrapassagem das estruturas sociais de exploração e dominação, na designada *grande união*, divididos em dois ramos, ou seja, os ditos reformistas-democratas e os radicais-democratas. Tal fator não sobrevém ao Brasil, pois, no começo da década de 70, se fratura, a contar das ditaduras patrocinadas pelo Estados Unidos da América sobre a América Latina, por meio das diferentes ditaduras, no extermínio de todos os tipos de intercorrência democrática. Neste segmento, a onda da reconceituação em sua magnitude viu-se congelada, através da forte repressão sobre os críticos latino-americanos. Aqui, “muitos dos protagonistas da Reconceituação experimentaram o cárcere, a tortura, a clandestinidade, o exílio e alguns engrossaram as listas dos ‘desaparecidos’ nas ditaduras” (NETTO, 2005, p. 7).

**O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil**

O Movimento de Reconceituação ocorrido na América Latina foi o subsídio necessário ao Serviço Social brasileiro se reconceituar, somados às ditaduras militares sobre dissidentes latino-americanos. As direções tomadas pelo processo de renovação do Serviço Social encontram-se num momento atípico no país, atrelada ao período da chamada Autocracia Burguesa, isto é, o da ditadura civil-militar de 1964 a 1985, instaurada no Brasil, dificultando sobremaneira os rumos claros do rompimento com o Serviço Social Tradicional.

Sob resistência, o Serviço Social brasileiro incorpora um movimento político de reconceituação, numa aproximação com a tradição marxista. Ainda que uma aproximação “vulgar”, advinda de alguns partidos políticos “panfletários” e ainda enviesados. Na década de 70, século XX, entra em cena o marxismo católico, advindo da Teologia da Libertação em 1972, com concepções morais, voltado à centralidade do ser humano idealizado.

Em 1965, o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, realizado em Porto Alegre, revela-se numa modernização ainda supérflua à profissão, desencadeando-se ainda em demais seminários. Os chamados *Seminários Regionais de Assuntos Sociais*, realizados em toda América Latina foram importantes protagonistas para a consolidação do movimento de reconceituação do Serviço Social brasileiro. Entretanto, ressalta-se ainda os importantes Seminários de teorização ocorridos no Brasil: Araxá (março de 1967), Teresópolis (janeiro de 1970) e o Sumaré (novembro de 1978) (NETTO, 1990).

Já no final da década de 70, século XX, um fenômeno significativo para Serviço Social se manifesta, por meio do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em setembro de 1979, consolidando o projeto ético-político e teórico-prático da profissão. O posicionamento político exercido pelos profissionais despertara a aversão ao estado de coisas pelo que o país vivia. Por essa razão, tal congresso é chamado de o “Congresso da Virada”, momento em que são chamados à mesa, os participantes representantes de trabalhadores organizados, da sociedade civil e representantes dos movimentos sociais. Um notório divisor de águas para a profissão. Pela primeira vez ouviam-se os rumores de uma intenção de ruptura com o conservadorismo.

Todavia, apenas em 1982, que de fato surge um novo Currículo Mínimo, ainda agregado a um marxismo de visão iníqua e anacronizado a uma metodologia de ação, na perspectiva de se “aplicar” a “metodologia” de Marx e não seu próprio método. Nesta ocasião, ainda permanecia em cena a figura feminina da profissão e a ideia de vocação, com fortes resquícios evidentes da ideologia da igreja. Vale considerar que é inegável compreendermos, mesmo que de maneira ainda sutil, a concepção do modo de produção capitalista, vislumbrando com maior precisão o conflito existente entre capital/trabalho.

Os primeiros caminhos percorridos pelo movimento de reconceituação e das décadas vindouras, sobretudo na passagem dos anos de 1970 a 1980, sinalizam uma ampliação de ruptura do Serviço Social com o conservadorismo. Segundo Netto (1990), dois traços pertinentes podem ser destacados. Ou seja, em um primeiro plano, a forma pela qual a profissão “vai socorrer-se à tradição marxista”, marcando o período de pós-reconceituação. Onde, num segundo plano, a leitura marxiana e seus métodos de análise deixavam de ser, pela primeira vez, tão distantes dos profissionais assistentes sociais, razão pela qual tal passo arrisca ser o ponto crucial para os desfechos da reconceituação.

Neste contexto, o plano de fundo no qual se encontrava a aproximação marxista, incorporada ainda de ideias precedentes, tal qual, do positivismo, neotomismo e da demoniologia marxista, “deformadas pela contaminação neopositivista” (NETTO, 1990, p.148), uma espécie ainda de posfácio de leituras terceiras de Marx, o então dito, “Marx sem Marx”. Redimensionando, deste modo, equívocos e incoerências à profissão em respeito ao pensamento marxista. Instante esse em que ocorre a homogeneidade das correntes, levando Iamamoto (1992), a chamá-lo de “arranjos doutrinários católicos”; enquanto Netto, (1992) denomina-o de natureza sincrética próprio do Serviço Social.

O pensamento conservador institucional laico do positivismo, somado ao pensamento conservador confessional da igreja, passa a combater a “Questão Social”, sob a manutenção das bases da sociedade capitalista, designando um chamado reformismo conservador. A “questão social”, contudo, segue um trilho conservador em seu significado, à medida que não se tratou, e não se trata de apenas uma simples naturalização de sua categorização, mas da negação da categoria luta de classe. Isto é, da resistência produzida pelo movimento operário internacional – Primavera dos Povos (1848) - diante das investidas e usurpação do capital contra o trabalho, tornando plausível a construção da teoria das classes. Caminhando no sentido do próprio movimento de reconceituação se encharcar das teorias das classes, na percepção do desvio que a questão social assume, a fim de amortizar os conflitos e dar nome à pauperização. Na mudança de rumo, em direção contrária à luta de classes; era como se a transformação revolucionária da sociedade de classes sinalizaria que a classe trabalhadora estivesse disposta e pronta, de forma recorrente, a submeter-se ao capital, fragilizando e despolitizando a própria luta operária.

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Karl Marx cita Ferdinand Lassalle, (MARX, *apud* LASSALLE ([1875] 1979, p. 219 III), designando a apresentação da “Questão Social” enquanto uma tentativa dos ideólogos burgueses de mascararem a existência de conflitos de classes, sobretudo, a classe operária, diante da pressão causada pela revolução socialista. Melhor dizendo, “a luta de classes existente é substituída por uma frase de jornalista: ‘o problema social’, para cuja ‘solução’ ‘prepara-se o caminho’”. O que de acordo com (CASTELO, 2010), representa dizer que:

O lugar da luta de classes existente é tomado por uma fraseologia de escrevinhador de jornal – “a questão social”, a cuja “solução” se “conduz”. A organização socialista do trabalho total, em vez de surgir do processo revolucionário de transformação da sociedade, surge da “subvenção estatal”, subvenção que o Estado concede às cooperativas de produção “criadas” por ele, e não pelos trabalhadores (MARX e ENGELS, 1979 [1875], p. III *apud* CASTELO, 2010, p. 92).

Enquanto isso, o Estado brasileiro direcionava a atuação profissional do assistente social, sob um discurso heroico de "erradicar a pobreza, garantindo a paz social e política, a ordem e segurança" (ADRIANO, 2018, p.7). Como se o Serviço Social, por si só, fosse o mecanismo de transformação social, numa lógica linear e mecânica de uma concepção deslocada da realidade e mera defesa e não transformação de uma para outra sociabilidade.

Sob tal concepção, diante da incorporação da profissão pelo Estado, a mesma torna-se um instrumento de manutenção da classe dominante, apresentada enquanto um esquema paliativo de consenso hegemônico de manutenção da classe trabalhadora pelo capital, ora pautada pela delimitação dada pela igreja, ora pelo próprio Estado. Porém, as contradições sociais oriundas do período da autocracia burguesa no Brasil geravam à profissão um novo cenário para sua dimensão teórico-metodológica e ético-política enquanto profissão.

**RESULTADOS**

Na análise qualitativa realizada sobre o tipo de formação que vem ocorrendo no interior das Unidades de Formação, dos Cursos de Graduação de Serviço Social da Universidade Estadual do Paraná – *Campus de* Apucarana, utilizamos da técnica de pesquisa exploratória, apropriada ao instrumental de entrevista semi-estruturada, com questões abertas e fechadas, fornecendo ao pesquisador um trabalho rico por meio da sua capacidade de colher informações (BRITTO; FEREZ, 2011).

Utilizamos também de um formulário, através do aplicativo digital *Google Forms,* num conjunto de respostas totalizados da participação de (09) nove entrevistados em que oito (08) responderam às questões, dentre oito (08) questões nucleares para compreensão de nossa temática, num período compreendido entre vinte e cinco (25) de julho de 2022 até as 23h59min do dia dezoito (18) de agosto de 2022.

A participação do universo de pesquisa procurou compreender em que medida os profissionais assistentes sociais formados pela UNESPAR - *Campus de Apucarana*, considerando-se como baliza o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, concebem ou entendem a categoria Luta de Classes.

Em relação ao perfil dos profissionais entrevistados, sob o recorte de gênero, a maioria esmagadora é composta por profissionais do sexo feminino, cerca de oito (08) entrevistadas e minoritariamente por dois (02) profissionais do sexo masculino. Aqui identificamos o histórico de formação profissional no Serviço Social ser marcado pela predominância feminina, em função mesmo da posição da mulher na divisão sexual do trabalho. O mesmo sistema social e de classes que absorve a imagem social da mulher e sua feição de subalternidade, isto é, materializando-se numa profissão majoritariamente formada por mulheres que atendem mulheres (IAMAMOTO, 1998).

Outro fator a ser considerado é em relação a raça/cor, onde a totalidade dos respondentes, oito (08) se declaram de cor ou raça branca. Além de que todos informaram estar inseridos no mercado de trabalho. Um aspecto a ser destacado aqui é o da existente, persistente e histórica desigualdade racial no Brasil, por meio do racismo estrutural que afasta pretos e pardos das profissões de certo destaque no país. Assim, “o ano de 2019 fechou com índice geral de desemprego em 13,3%. No recorte racial, a taxa chegou a 17,8% entre os pretos e 15,4% entre os pardos. Para os brancos ficou em 10,4%” (CUT, 2020).

Com relação ao nível de formação, dentre o universo de cinco (05) entrevistados, declararam ter formação em pós-graduação, enquanto dois (02) com ensino superior completo e um (01) com mestrado. Neste contexto, 100% dos respondentes relataram ter sido alunos trabalhadores durante o período de formação, subdividindo em 75% daqueles que se intitularam trabalhadores em período integral, enquanto 25% expressaram ter sido alunos trabalhadores em meio período.

De um modo geral, os profissionais entrevistados consideram que, caso não tivessem sido alunos trabalhadores durante o período de formação acadêmica, teriam obtido melhor desempenho, pois “Acredito que me possibilitaria ter tido mais oportunidades de me aprofundar em teorias relacionadas ao curso, me proporcionando maiores especializações [...]” (ASSISTENTE SOCIAL N° 1, 2022), a contar pelo esforço mental e também físico exigido do aluno trabalhador, sob tal relação, os fatores psicológicos foram fortemente citados. Tal qual os respondentes enfatizaram que haveria melhores condições psicológicas de estudo se não trabalhassem no ciclo da graduação. “[...] O que pesou foi o cansaço rotineiro físico e mental por conta da sobrecarga de atividades (estudo x trabalho x família)” (ASSISTENTE SOCIAL N° 2, 2022)

Sobre o espaço sócio-ocupacional do profissional do Serviço Social, observamos que o campo operacional é um lócus em que se permite refletir sobre a luta de classes. Assim, seis (06) dos entrevistados concordaram que é possível sim refletir sobre a luta de classe em seu ambiente institucional, o meio propício que permite compreender a chamada lei geral de acumulação capitalista e suas mais complexas contradições.

Uma vez que um dos profissionais pesquisado, ocupando cargo numa área de gestão, lança mão da chamada autonomia relativa dentro da profissão, permitindo-lhe trazer assuntos desta envergadura aos usuários do sistema e os funcionários da instituição onde atua. Outro aspecto destacado nas respostas obtidas, em relação à luta de classes, é a concepção entre o aprofundamento ou não da temática, revelada pelo profissional que disse atuar enquanto um mediador dos conflitos de classe, isto é, “[...] No meu espaço de trabalho a atuação é de mediação frequente [...]” (ASSSISTENTE SOCIAL, N° 8, 2022).

No que diz respeito ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social propriamente dito, dois (02) dos profissionais entrevistados responderam que no período de formação acadêmica em Serviço Social na UNESPAR - *Campus* de Apucarana, não tiveram contato com tal Movimento de Reconceituação do Serviço Social. O que revela a discussão que deve ser provocada de forma coletiva em torno do processo de formação acadêmica realizada pela própria IEEs.

A grande maioria dos entrevistados disse que em algum momento da formação acadêmica tiveram contato com Teoria da Luta de Classes de Karl Marx. Entretanto, quando se pergunta qual a compreensão se tem em relação à teoria da luta de classes de Karl Marx, o entendimento torna-se diverso e até confuso, resultando em determinados equívocos em relação à compreensão teórica de Marx, em como se compreende a categoria luta de classe.

Quanto ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social e sua relação com a luta de classes, houve confluência a maioria dos respondentes no que se refere ainda ao caráter “messiânico” da profissão. Ou seja, a de que os profissionais, a partir de sua profissão, podem transformar a realidade social. Guardadas as devidas proporções, em alguns casos, beirando um posicionamento político próximo do reformismo. Assim, “Entendo que a Luta de classes é necessária para trazer as necessidades da sociedade civil e colocar o povo como protagonista nas construções da reconceituação do serviço social” (ASSISTENTE SOCIAL, Nº 3). Sobre este raciocínio podemos analisar a difusão da compreensão sobre o tema abordado e da própria concepção de um Serviço Social, como qualquer outra área do conhecimento, atravessado pela lógica da luta de classes. Sem, no entanto, refletir-se mais profunda e densamente sobre tal relação.

O pensamento de Marx, por conseguinte, aprofunda a análise acerca da existência, funcionamento e contradições inerentes ao modo de produção, baseado na propriedade privada, capitalista, além das possibilidades históricas de transformação social dessa mesma realidade. As alternativas sociais ao capitalismo são formações sócio-históricas que podem se tornar realidade a partir da dinâmica das classes sociais, especificamente, em relação à luta de classes, ou seja, chamado por Marx, de o motor da história. Assim:

O contato que tive através do Serviço Social sobre a doutrina marxista foi muito superficial e, muitas vezes, equivocado (e isso não é uma particularidade do curso da UNESPAR, mas sim do Serviço Social de forma geral). Sinteticamente, na minha compreensão, a luta de classes é uma "categoria" central da doutrina marxista, é por meio dela que as sociedades são transformadas (ASSISTENTE SOCIAL, N° 4).

O questionamento acima permite com que reflitamos melhor e mais criticamente acerca do processo formativo dos assistentes sociais formados pela UNESPAR – *Campus* de Apucarana. Destacando-se as possíveis lacunas existentes no interior da dinâmica do processo de formação acadêmica, valorizando-se a dimensão investigativa e, sobretudo, um rigoroso trato teórico acerca dos autores clássicos e dos que balizam teoricamente o Serviço Social enquanto área do conhecimento. Sob tal entendimento, permite ao profissional formado livrese de uma posição fatalista e também messiânica, assumindo-se um posicionamento condizente com suas atribuições. Uma vez que a:

capacidade crítica para não sucumbir a lógica produtivista presente nas políticas sociais, não capitularem numa perspectiva fatalista ou messiânica diante das precárias condições de trabalho e de remuneração e, sobretudo, não abandonarem as perspectivas teórico-metodológicas que direcionam a formação profissional por tendências despolitizadas, empiristas e de análises deslocadas da totalidade (ADRIANO, 2018 p.14)

O enfoque marxista e marxiano acerca da realidade objetiva torna-se indissociável à uma compreensão mais adequada do método, na busca por uma alternativa social ao capitalismo, ou ainda, na melhor das intenções, numa perspectiva jamais divorciada de uma concepção anticapitalista. Corroborando com o entendimento de (ADRIANO, 2018), de que não se pode negar as tensões existentes e latentes junto ao pensamento crítico, mas, o de se firmar a consciência ético-política crítica do sujeito social que busca pela transformação da realidade, através do conjunto da classe social, tensionando a lua de classes, razão pela qual a própria dialética não pode ceder aos “determinismos, fatalismos e ausências de criticidade” (ADRIANO, 2018, p. 14)

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social (1964-1980) atribui à profissão os efeitos diretos dos anos 80, do século XX, em diante, onde sua intenção de ruptura apresentou-nos uma proposta teoricista de emancipação política. Se para Marx o que se almeja é a emancipação humana, como forma ímpar da transformação social, o profissional assistente social realiza suas atribuições sob o contexto da chamada autonomia relativa.

Entretanto, sob a ótica da intenção de ruptura trazida pelo movimento de reconceituação do serviço social, a sua grande contribuição de seu com o rompimento das correntes conservadoras. Apesar de sérios entraves políticos com o conservadorismo reinante. A compatibilidade da tradição marxista com o serviço social resultou na construção de referenciais teóricos, ético e políticos capazes de lançar mão de planos contra hegemônicos ao capital. Pois, o trabalho do assistente social pode desenvolver a rebeldia sobre os determinantes da questão social, que se localizam no âmbito coletivo, entre profissionais e, principalmente, com os demais trabalhadores (ADRIANO, 2018). “Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores” (MARX e ENGELS, 2005, p. 48).

A importância do Movimento de Reconceituação para o Serviço Social se coloca para além dos percalços ao qual a profissão tem enfrentado ao longo de sua existência, diante das investidas do capital em recompor suas taxas de lucros perdidas e pelo abandono da premissa da luta de classes, substituindo-a pela questão social. Em que pese o fato, a luta de classes existente torna-se a expressão mais acabada dessas mesmas contradições, nada menos, que reais, revelando-se num movimento histórico, concreto que ocorreu sob nossos olhos, querendo vê-lo ou não.

Para o desespero do capital, a exigência de uma nova ordem societal clama, não é de hoje, por outra sociabilidade, pois “não é uma característica peculiar e exclusiva do comunismo” (MARX e ENGELS, 2005, p. 52). Em contrapartida, a classe dominante usurpa de todos os mecanismos para subsistência do capital em detrimento da classe trabalhadora. Melhor dizendo, lubrifica com o verniz da despolitização, suor e trabalho, as engrenagens do sistema capitalista em prol de sua reprodução como modelo hegemônico.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ADRIANO, A. L. **Serviço Social e Luta de Classe:** reflexão sobre a hegemonia do projeto Ético-político. 2018.

BRITTO, A.; JÚNIOR, N. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos.** Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011.

CASTELO, R. **A “questão social” nas obras de Marx e Engels.** Revista PRAIAVERMELHA /Rio de Janeiro / v. 20 nº 1 / p. 85-94 / Jan-Jun 2010.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina:** tradução de José Paulo Netto e BalkysdVillalobos. 5.ed. São Paulo: Cortez/Celats, 2000.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Racismo estrutural segrega negros no mercado de trabalho.**). ACCARINI, A. Tania Rego/ Agência Brasil, publicado: 20 novembro, 2020, 13h25 Tania Rego/Agência Brasil.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 6a. ed., 2008.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-sociológica. 35.ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1982.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e formação profissional. 23. d. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social:** ensaios críticos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto.** Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1969, 230 pp

LOSURDO, D. 1941. **A luta de Classe: uma história política e filosófica**/ Domenico Losurdo; tradução Silvia de Bernardinis. - 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 16.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_\_. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_\_. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, K. **Crítica ao programa de Gotha.** In: MARX, K. e ENGELS, F. Obras Escolhidas de Marx e Engels, v. 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1979 [1875].

MARX, K.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005. 4a. reimpressão. Coord. e introd. Osvaldo Coggiola.

\_\_\_\_\_. **Lutas de classes na Alemanha**/ Karl Marx Friedrich Engels; apresentação de Michael Lowy; tradção Nélio Scheneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.